



O FENÔMENO DA JUVENILIZAÇÃO NA EJA: CONFIGURAÇÕES, CAUSAS E IMPLICAÇÕES NO ENSINO MÉDIO NO BRASIL

Cristiane Maguete Sousa Nascimento dos Santos ¹; José Humberto da Silva ²

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação de Jovens e Adultos (PPGEJA) CAMPUS XXV – UNEB, Professora da Rede Estadual de Ensino da Bahia, Integrante do Grupo de Pesquisa Formação, Trabalho e Itinerários Juvenis – FORTIS.

E-mail: cristianemagute@outlook.com

² Pós-Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Professor Pleno da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Líder do Grupo de Pesquisa Formação, Trabalho e Itinerários Juvenis - FORTIS.

E-mail: jhsilva@uneb.br

EIXO TEMÁTICO 5: MUNDO DO TRABALHO E JUVENILIZAÇÃO DA EJA

RESUMO

No Brasil, a Educação de Jovens e adultos (EJA), historicamente, surge inicialmente sobre contextos desiguais e excludentes. Conforme destaca Mendes e Silva (2023, p.205), as primeiras evidências de formação da classe trabalhadora surgem no período colonial com a educação jesuítica, através da catequização que inicialmente tinha propósito religioso e, depois, passou a ter natureza política e social, atendendo aos interesses da elite dominante. Uma dominação que, conforme evidencia Silva (2024), persiste ao longo da história.

A EJA é configurada no país como lugar de inclusão educacional. É uma modalidade de ensino da Educação Básica Brasileira que, segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, é “designada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria”, de acordo o Art.37 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9394/96). Ou seja, uma modalidade destinada aos sujeitos que, por diferentes motivos, não concluíram os estudos na idade adequada, foram excluídos do sistema regular de ensino.

Segundo Silva (2019), por décadas, as turmas da EJA foram ocupadas, principalmente por adultos e idosos que tiveram suas trajetórias escolares interrompidas. Contudo, esse cenário, como bem destacou o autor, vem sofrendo mudanças nas últimas décadas, com o crescimento significativo da presença de jovens na EJA, especialmente nos anos finais do ensino fundamental e Ensino Médio (EM). Essa presença significativa de jovens na modalidade é denominada por alguns autores, como Silva (2019; 2024), Sanceverino, Lódi e Laffin (2020), como sendo o processo da Juvenilização da EJA. Esse movimento reflete não só mudanças no perfil dos estudantes, mas também coloca em destaque os fatores estruturais que impulsionam os jovens abandonarem a escola, fragmentando suas trajetórias com idas e vindas, abandono e retorno.



Nos estudos de Silva (2023), o Ensino Médio da EJA na Bahia, destaca que a modalidade que antes atendia apenas adultos e idosos, hoje, é mais jovem. Tal constatação coaduna com análise do autor Arroyo (2017), ao afirmar que desde que a EJA é EJA, o perfil social desses alunos, historicamente, são os mesmos: pobres, desempregados, trabalhadores de economia informal, negros.

O racismo estrutural e as desigualdades sociais e econômicas continuam colaborando para que as trajetórias escolares da juventude brasileira permaneçam reproduzindo exclusões.

Baseado em uma revisão bibliográfica e documental, este estudo adotou uma abordagem analítica-descritiva. Para aprofundamento compreensivo do fenômeno observado, a análise apoiou-se na triangulação de dados fornecidos pelos estudos de Silva *et al.*, (2024), que utilizaram o método de cruzamento de informações. De acordo Denzin e Lincoln (2006), “o uso de múltiplos métodos, ou da triangulação, reflete uma tentativa de assegurar uma compreensão completa e confiável do objeto pesquisado”.

Os artigos e produções acadêmicas de autores de referência, como Mendes e Silva (2023); Haddad e Di Pierro (2000); Silva *et al* (2024); Abramo (1997); Filho, Cassol e Amorim (2021); Silva (2019); e Arroyo (2017), forneceram as bases conceituais para argumentação das categorias juventude, trabalho, educação e das singularidades que compõem o fenômeno da juvenilização da EJA.

Foram observados levantamentos estatísticos disponibilizados pelo Censo Escolar (INEP/MEC), referentes às matrículas na EJA em âmbito nacional e no estado da Bahia, pelo período de 2013-2023, e pela Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílio Contínua (PNAD/IBGE), que retratou a situação real de trabalho e estudo dos jovens no Brasil (Silva *et al.*, 2024).

Considerando as inquietações históricas, políticas e pedagógicas que definem a presença crescente de jovens na EJA, surgiu a questão norteadora deste estudo: como se configura o fenômeno da juvenilização da EJA no ensino médio no Brasil?

Com vista a compreender esse fenômeno, esta pesquisa busca analisar como esse processo vem se configurando na EJA do Ensino Médio (EM). Para tanto, busca especificamente identificar o contexto histórico e político que favorece o crescimento da presença juvenil na modalidade, as implicações desse processo e as novas demandas que surgem a partir da consolidação desse fenômeno na EJA.

Mendes e Silva (2023), descrevem o contexto histórico e político da educação brasileira, desde sua construção, apresenta uma dualidade de ensino estruturada: de um lado, uma formação destinada à elite, voltada para a manutenção do poder e governança; de outro, uma formação dirigida à classe trabalhadora, orientada para servir e obedecer. Essa lógica resultou na exclusão dos espaços de formação e escolarização para a classe trabalhadora – incluindo jovens, adultos, indígenas, negros e seus descendentes, aprofundando a desigualdade social no país. Durante a República, reforçou-se a dualidade educacional: ensino secundário e propedêutico para a classe dominante e ensino limitado, manual e braçal para a classe trabalhadora.

Com o avanço do capitalismo e da industrialização se confirma a separação dual, apoiada pela Constituição de 1937 (art.129), que institucionaliza a educação para o trabalho. Surgem as escolas aprendizes: SENAI (1942); SENAC (1946) e o SENAR (1946), voltadas para preparar mão de obra para atender as demandas produtivas.



Entre as décadas de 1950 e 1960, com a Lei n. 3552/59 e Lei n.4024/61 propaga-se o ensino técnico com equivalência ao ensino médio e a rede federal. No período do regime militar, manteve-se a centralidade na educação técnica voltada à produtividade. Com a redemocratização, a Constituição de 1988 garante a universalização da educação básica, inclusive para a EJA, assegurando que é direito de todos e dever do Estado, princípio formalizado pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB n. 9394/96). Ao implementar o princípio de educação como direito social, segundo Haddad e Di Pierro (2000), a Constituição Federal de 1988 retira a educação do campo da caridade e estabelece mecanismos de responsabilidade pública ao Estado. A partir desse momento, as políticas educacionais passam a exigir planejamento, execução e avaliação para que se garantam condições adequadas de qualidade, acesso e permanência.

Na década de 1990, no governo de Fernando Henrique, o país passa a associar-se aos ideais neoliberais, a educação passa ser vista mais como ferramenta econômica do que como direito social. Mendes e Silva (2023), evidenciam que em nome de uma ideologia de empregabilidade, os cursos aligeirados e técnicos, de forma precária formavam jovens, negando-lhe o direito de uma trajetória formativa contínua. Segundo Gramsci (Martins, 2021), a escola como aparelho ideológico do capitalismo, tende a replicar desigualdades e mantém as classes populares em posição de subalternidade.

Portanto, o fenômeno da juvenilização é efeito histórico, político e social de uma educação dual neoliberalista, que impacta as trajetórias juvenis, amparada na tríade Juventude – Trabalho – Educação (Silva, 2024).

A crescente presença dos jovens na modalidade tem provocado implicações profundas à própria EJA, suscitando desafios sobre seu formato, seu propósito e objetivos.

Um dos desafios é a convivência de diferentes gerações, que traz consigo idades, histórias de vidas, saberes, expectativas e ritmos de aprendizagens. A EJA tornou-se um ambiente de convivência intergeracional que, embora amplie a troca de saberes, impõe desafios ao professor para desenvolver, com sensibilidade e escuta, ações pedagógicas que promovam a mediação, pertencimento e identidade coletiva entre as gerações, sem desviar do objetivo primordial da EJA: ser espaço de formação integral, emancipatório e de garantia de direitos.

Outra implicação relevante reside na oferta de flexibilização pela EJA. Essa flexibilização surge como uma alternativa que permite jovens e adultos trabalhadores conciliarem a sobrevivência com o estudo (Spósito, 2005). É fundamental a elaboração de metodologias que não sejam infantilizadas, mas que sejam específicas e adequadas à realidade desses alunos, valorizando suas vivências etárias para que não percam o interesse e ânimo diante dos contratempos no retorno à escola.

Um outro ponto importante é a busca por certificação. A EJA é, por muitos, percebida como atalho ou caminho mais curto para obtenção do diploma de ensino médio, funcionando como uma estratégia de acesso ao mercado de trabalho e mobilidade social e econômica. Essa visão representa uma ameaça à proposta formativa da modalidade.

Os jovens que chegam a EJA do Ensino Médio têm rosto definido (Silva *et.*, 2024). Com base nos dados do Censo Escolar (2013 a 2023), referentes à Bahia, foi possível traçar as características predominante desse público: jovens entre 15 e 24 anos, pobres, na sua grande maioria negros (pretos e pardos). Esse grupo não teve o favorecimento de vivenciar a moratória social - período em que o jovem se dedica aos estudos sem a



necessidade de trabalhar para garantir a sobrevivência. Em grande parte, vivem em contextos de vulnerabilidade social, residentes das zonas urbana periféricas, onde se concentram a oferta da EJA, as oportunidades de trabalho informal e a ausência de políticas públicas efetivas.

Nota-se também a presença crescente de mulheres que veem no retorno à escola, um mecanismo de superação, resistência e empoderamento, buscando autonomia e quebra de ciclos de exclusão social e gênero.

Para a sociologia, o conceito de juventude (faixa etária de 15 a 29 anos) vai além do limite pré-determinado; é construída por dimensões culturais, históricas e sociais. Conforme Abramo (1997), falar de juventudes, no plural, significa admitir que os jovens vivem contextos e experiências diversas, moldadas por fatores como classe social, gênero, raça e território. A ideia de juventude também está vinculada à ideia de moratória social. Como descreve Silva (2012), a partir de Galland (1996), definido como período de suspensão produtiva destinado ao jovem para a preparação gradativa da vida profissional e pessoal.

No entanto, a realidade brasileira contrapõe esse conceito: a moratória social é um privilégio para poucos. Análises da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua - PNADC/Bahia (Silva *et al.*, 2024), evidenciam que menos de 17% dos jovens de 15 a 29 anos deleitam desse privilégio. A maioria que não desfrutam desse favorecimento é identificada como Juventude Trabalhadora Brasileira (Silva, 2012), termo para jovens que ingressam precocemente no mundo do trabalho, conciliando jornada laboral com os estudos, muitas vezes em condições precárias e informais.

Embora a EJA seja vista historicamente como um espaço de acolhimento por uma “segunda chance”, a crescente presença da juventude em suas salas de aulas evidencia que a educação brasileira continua reproduzindo itinerários marcados pela desigualdade, pela exclusão e pela negação de direito à moratória social. Esse processo não é fruto do acaso: oriunda de escolhas governamentais, de um modelo econômico que trata a vida de forma precária e de uma escola que apresenta dificuldades em dialogar com as suas variadas juventudes.

Portanto, entender o fenômeno da juvenilização da EJA, significa declarar que a juventude trabalhadora, majoritariamente negra e pobre, continua submetida a lógica da sobrevivência tendo seu futuro condicionado as determinações de um sistema neoliberal hegemônico. A educação precisa romper com a subalternização desses ciclos históricos.

Espera-se que este estudo reforce a produção de debates e pesquisas que despertem políticas públicas comprometidas que, ao invés de adaptar a EJA, corrijam as falhas com o ensino regular, enfrentem as causas da evasão, para que a EJA deixe de ser vista como espaço de excluídos e se afirme como território de direitos.

Palavras-chave: Juvenilização; EJA; Ensino Médio; Implicações .



REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1937). Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 10 de novembro de 1937. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1937. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm. Acesso em: 29 out. 2025.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 29 out. 2025

BRASIL. Lei n. 3.552, de 16 de fevereiro de 1959. Dispõe sobre a equivalência entre os cursos técnicos e o ensino médio e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 fev. 1959. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L3552.htm. Acesso em: 29 out. 2025.

BRASIL. Lei n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 27 dez. 1961. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4024.htm. Acesso em: 29 out. 2025.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 29 out. 2025.

ABRAMO, Helena Wendel. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. **Rev. Bras. Educ.** Dez 1997, n.05-06, pp.25-36. ISSN 1413-2478. Acesso em: 30 out. 2025.

ARROYO, Miguel G. Passageiros da noite: do trabalho para a EJA- itinerários pelo direito a uma vida justa. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

DENZIN, N.K.; LINCOLN, Y. S. Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. e colaboradores. O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens, Porto Alegre: Bookman; Artmed, 2006. p.15-41.

HADDAD, Sérgio; DI PIERRO, Maria Clara. Escolarização de jovens e adultos. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 14, p. 108-122, maio/ago. 2000. Acesso em: 25 out. 2025.

MARTINS, Marcos Francisco. Gramsci, educação e escola unitária. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 47, e226099, 2021. Disponível em: DOI: <https://doi.org/10.1590/S1678-4634202147226099>. Acesso em: 24 out. 2025.



NATIVIDADE, Raissa de Araújo. **Juvenilização da educação de jovens e adultos: uma revisão sistemática da literatura.** 2025. 66 f. Monografia (Licenciatura em Pedagogia) – Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias, Bom Jesus da Lapa, 2025.

SANCEVERINO, Adriana Regina; LÓDI, Emeline Dias; LAFFIN, Maria Hermínia Lage Fernandes.

As pesquisas em educação de pessoas jovens e adultas: o fenômeno juvenilização.

Revista Práxis Educacional, Vitória da Conquista, v. 16, n. 42, p. 21-47, out./dez. 2020. Disponível em: DOI: <https://doi.org/10.22481/praxisedu.v16i42.7334>. Acesso em: 25 out. 2025.

SILVA, José Humberto da. **Juventude trabalhadora brasileira:** percursos laborais, trabalhos precários e futuros (in)certos. 2012. 307 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP. Disponível em: 20.500.12733/1618576. Acesso em: 13 out. 2025.

SILVA, José Humberto da. Juventudes, trabalho e educação: uma tríade estruturante para o fenômeno da juvenilização *da EJA no Brasil?* **Revista E-Mosaicos**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 18, p. 43-61, jan./abr. 2019. Disponível em: DOI: <https://doi.org/10.12957/e-mosaicos.2019.46588>. Acesso em: 13 out. 2025.

SILVA, José Humberto da; ZAN, Dirce; SANTOS, Carla Liane Nascimento dos. A juvenilização da educação de jovens e adultos no ensino médio na Bahia: quem são os jovens que configuram esse fenômeno? **Revista FAEEBA – Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 33, n. 75, p. 116-135, jul./set. 2024. Disponível em: DOI: <https://dx.doi.org/10.21879/faeeba2358-0194.2024.v33.n75.p116-135>. Acesso em: 13 out. 2025.

SOUZA FILHO, Alcides Alves de; CASSOL, Atenuza Pires; AMORIM, Antônio. Juvenilização da EJA e as implicações no processo de escolarização. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 112, p. 718-737, jul./set. 2021. Disponível em: DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-40362021002902293>. Acesso em: 13 out. 2025.

SPÓSITO, Marília Pontes. Algumas reflexões e muitas indagações sobre as relações entre juventude e escola no Brasil. Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional. Tradução . São Paulo: Instituto Cidadania/Ed. Fundação Perseu Abramo, 2005. Acesso em: 30 out. 2025.

MENDES, Teresa. Cristina Neris; SILVA, José. Humberto da. Os Processos que Organizam a Escolarização da Classe Trabalhadora e a Conformação da Estrutura Dual da Educação Brasileira. **Revista Internacional de Educação de Jovens e Adultos**, [S. l.], v. 6, n. 11, p. 202–219, 2023. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/rieja/article/view/19153>. Acesso em: 03 out. 2025.